

## RESTRIÇÕES ALIMENTARES: DIAGNÓSTICO DA CRECHE DONA LAURINDA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO (SP)

Adriane Medeiros Dias<sup>1</sup>

Maira da Silva Campos<sup>2</sup>

Thaís Wolf de Moraes<sup>3</sup>

Yasmin Domingues Ferreira<sup>4</sup>

Vanessa Antônia Beltrami de Freitas Figueiredo Campos<sup>5</sup>

Tarcísio Sales Vasconcelos<sup>6</sup>

**RESUMO:** O trabalho tem como propósito falar sobre restrição alimentar sendo um tópico que precisa de maior atenção e cuidado no cotidiano, principalmente com crianças menores de 5 anos, pois elas ainda estão em período de crescimento e descobertas. Sendo assim, esta pesquisa tem como intuito analisar o controle de creches públicas em relação a merenda servida à essas crianças com restrições alimentares, e quais são suas diretrizes na preparação e distribuição da alimentação servida a essas crianças para as outras sem tais condições. A pesquisa de campo foi realizada em uma creche pública de São Sebastião para investigar as restrições alimentares e o controle nutricional, focando na adequação das refeições para crianças com necessidades alimentares específicas. Através de uma entrevista com a equipe gestora e a responsável pela merenda, foram identificados quatro crianças com laudos médicos de restrição alimentar; uma criança está em processo de um diagnóstico específico, mas contém orientações de nutricionistas para uma dieta segura. Diante disso foi observado que as creches se organizam de forma eficaz seguindo as leis do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), art. 3º da lei nº 11.947, promovendo conforto e bem-estar para as crianças e os responsáveis.

**Palavras-chave:** Nutrição; restrições alimentares; creche; criança; alergia.

---

<sup>1</sup> RM: 22189 Aluna regular do Curso profissionalizante do técnico de Nutrição e Dietética da Etec de São Sebastião (188) – E-mail: adrianemedeirosdias92@gmail.com

<sup>2</sup> RM: 22201 Aluna regular do Curso profissionalizante do técnico de Nutrição e Dietética da Etec de São Sebastião (188) – E-mail: mairacampos313@gmail.com

<sup>3</sup> RM: 22204 Aluna regular do Curso profissionalizante do técnico de Nutrição e Dietética da Etec de São Sebastião (188) – E-mail: wolfthais0@gmail.com

<sup>4</sup> RM: 22347 Aluna regular do Curso profissionalizante do técnico de Nutrição e Dietética da Etec de São Sebastião (188) – E-mail: yasminferreira935@gmail.com

<sup>5</sup> Coorientadora Professora Esp. da Etec de São Sebastião – E-mail: vanessa.campos15@etec.sp.gov.br

<sup>6</sup> Orientador Professor Me. da Etec de São Sebastião – E-mail: tarcisio.vasconcelos@etec.sp.gov.br

## ANALYSIS OF DIETARY RESTRICTIONS IN PUBLIC KINDERGARTENS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO SEBASTIÃO (SP)

**ABSTRACT:** The purpose of this work is to talk about dietary restrictions, a topic that needs greater attention and care in everyday life, especially with children under 5 years of age, as they are still growing and discovering. Therefore, the purpose of this research is to analyze the control of public daycare centers in relation to the meals served to these children with dietary restrictions and what their guidelines are in preparing and distributing the food served to these children to others without such conditions. The field research was carried out in a public daycare center in São Sebastião to investigate dietary restrictions and nutritional control, focusing on the adequacy of meals for children with specific dietary needs. Through an interview with the management team and the person in charge of meals, four children with medical reports of dietary restrictions were identified and one child is in the process of a specific diagnosis, who even so has guidance from nutritionists for a safe diet. As a result, it was observed that daycare centers are organized effectively in accordance with the laws of the National School Feeding Program (PNAE), art. 3 of Law No. 11,947, promoting comfort and well-being for children and their guardians.

**Keywords:** Nutrition; food restrictions; daycare; children; allergies.

### 1 INTRODUÇÃO

A alimentação infantil é um tema importante porque afeta diretamente o desenvolvimento e a saúde das crianças. Nos primeiros anos de vida, uma boa alimentação é fundamental para garantir que elas cresçam fortes, saudáveis e com um sistema imunológico bem-preparado. Além disso, a forma como as crianças se alimentam nessa fase pode impactar o seu aprendizado, comportamento e até o desempenho escolar. Sendo assim, a restrição alimentar necessita de uma atenção redobrada, pois envolve tanto questões nutricionais quanto a inclusão dessas crianças em ambientes de socialização.

A pesquisa buscou estudar e compreender o que ocorre na creche Dona Laurinda e procurou contribuir com um conhecimento a mais, transmitindo para a unidade que, em certas situações, ela poderia não estar preparada para suprir as necessidades alimentares de uma criança quando o responsável pela criança na creche não tem conhecimento sobre suas condições ou não sabe como agir em situações que possam colocar a criança em risco.

Além disso, pretendeu-se compreender os tipos de restrições alimentares que afetam essas crianças, suas causas e o impacto sobre a nutrição, o desenvolvimento e a socialização infantil.

A nutrição sendo como ato fundamental para o crescimento saudável é de grande relevância para o ambiente das creches onde as crianças passam a maior parte do seu dia. Diante os desafios de atender a diversas necessidades alimentares, seja por questões de saúde, escolhas individuais e podendo ser questões até de seus pais por serem menores de cinco anos, este estudo não quer apenas encontrar soluções eficazes para a adequação das dietas, mas também transformar as creches em espaços mais inclusivos e acolhedores, garantindo que todas as crianças possam se alimentar de forma adequada e respeitosa sem que influencie na convivência com seus colegas.

### **1.1 Questão-problema**

De que forma as creches públicas de São Sebastião estão adaptando suas práticas alimentares para atender crianças com restrições alimentares e quais são os desafios enfrentados?

### **1.2 Justificativa**

A pesquisa busca estudar e compreender o que ocorre em cada creche e busca contribuir com um conhecimento que pode ser transmitido para todas as outras unidades. Isto é especialmente importante para preparar as unidades a atender adequadamente as necessidades alimentares das crianças. Quando os responsáveis pela alimentação não possuem o conhecimento necessário sobre as condições específicas de uma criança, ou não sabem agir diante de situações que possam colocá-la em risco, a qualidade e a segurança alimentar podem ser comprometidas.

### **1.3 Objetivos**

**Objetivo geral:** Investigar como as creches públicas aplicam as dietas de crianças com restrições alimentares, analisando as orientações seguidas na preparação e distribuição das refeições, tanto para as crianças com restrições quanto para aquelas que não contém nenhuma restrição.

**Objetivos específicos:**

I. Entrar em contato com uma creche de São Sebastião para a autorização da entrevista.

- II. Marcar esse encontro e juntar os documentos necessários.
- III. Realizar o diálogo com a equipe gestora da creche.
- IV. Analisar as restrições alimentares apresentadas na creche.
- V. Realizar uma pesquisa biográfica das restrições encontradas na creche.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Caracterização do objeto de estudo**

#### **2.1.1 Restrições alimentares**

Segundo dados da ANVISA (2016), já foram mapeados mais de 170 alimentos que podem causar alergias e intolerâncias. Portanto, essa lista é extensa. No entanto, os alimentos mais comuns, como no caso dos sujeitos pesquisados nesta dissertação, são: chocolate, leite, amendoim e outras oleaginosas, como as nozes; soja; peixe, crustáceos ou frutos do mar, como camarão e lagosta, podendo incluir outros alimentos. Após a ingestão dos alimentos citados, as reações apresentam ampla variação. No caso da alergia, a inflamação pode ocorrer na pele, no sistema digestivo ou no trato intestinal, podendo afetar os sistemas cutâneo, digestivo, respiratório ou cardiovascular. Mesmo quando ingeridos em pequenas quantidades, indivíduos com alergias e intolerâncias alimentares podem desenvolver reações adversas graves a alimentos normalmente consumidos de forma segura pela maior parte da população (SILVA, 2021).

Solé et al. (2018, p. 7) definem a restrição alimentar como “uma reação adversa e inflamatória desencadeada da substância presente nos alimentos, no qual nosso sistema imunológico de defesa não reconhece”.

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é definida como uma reação adversa mediada imunologicamente contra antígenos do leite de vaca. É o primeiro fenômeno da sintomatologia atópica e da “marcha atópica”, porque as proteínas do leite de vaca são as primeiras consumidas em grande quantidade por uma criança. Os sintomas da APLV comumente aparecem durante o primeiro ano de vida e após dias ou semanas de alimentação com fórmulas baseadas no leite de vaca ou em sua primeira exposição. A incidência de APLV em crianças durante a exclusiva amamentação é relatada em 0,4 a 0,5%. Os sintomas de APLV mais frequentemente envolvem a pele, o trato gastrointestinal e o sistema respiratório (ZEPPONE, 2008).

A intolerância à lactose é caracterizada por sintomas como diarreia, flatulência,

dor ou distensão abdominal, ocorrendo após a ingestão de lactose. Os sintomas variam para cada pessoa, provavelmente devido à velocidade de esvaziamento gástrico, tempo de trânsito intestinal e quantidade de bactérias que metabolizam a lactose. A má absorção de lactose nem sempre provoca sintomas de intolerância. As causas podem incluir patologias primárias, como a alactasia congênita (uma doença rara com manifestações ao nascimento) e a hipolactasia do tipo adulto, cuja prevalência varia entre grupos étnicos e populacionais. Causas secundárias incluem agressões à mucosa do intestino delgado, como diarreia persistente associada à desnutrição proteico-calórica, ação de parasitas, infecções intestinais e doença celíaca (FERNANDES, 2014).

### **2.1.2 Regulamentações para as creches**

As creches devem seguir as seguintes leis: **nº 11.947/2009 de 16 de junho de 2009**, que estabelece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e regulamenta o direito à alimentação adequada nas escolas, incluindo a adaptação para restrições alimentares estabelece que o programa deve considerar as necessidades especiais dos alunos, garantindo adaptações no cardápio para aqueles com condições de saúde que exijam dietas específicas, como alergias, intolerâncias e outras restrições. Os artigos importantes dessa lei são:

- **Art. 2º da lei nº 11.947:** Determina que a alimentação escolar deve respeitar os princípios de uma alimentação saudável e adequada, considerando a faixa etária, as condições de saúde, e as necessidades nutricionais dos alunos.
- **Art. 3º da lei nº 11.947, inciso VIII:** Estabelece que o programa deve considerar as necessidades alimentares especiais dos alunos, garantindo adaptações no cardápio para aqueles com condições de saúde que exijam dietas específicas, como alergias, intolerâncias e outras restrições.

Outra regulamentação que as instituições devem seguir é a **Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020**, que dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar para alunos da educação básica e reforça a necessidade de adequação dos cardápios escolares para aqueles com restrições alimentares; e o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990**, que assegura o direito à saúde, segurança e bem-estar dos estudantes, incluindo o acesso a uma alimentação escolar que leve em conta suas necessidades específicas, foram realizadas

entrevistas com a gestão e os responsáveis pela merenda na creche.

## 2.2 Materiais e Métodos

A pesquisa ocorreu no dia 19 de agosto de 2024 na creche pública Dona Laurinda, localizada no bairro Morro do Abrigo, em São Sebastião, que atende alunos de idade até os 5 anos. Onde foi efetuada a entrevista que contou com a participação da diretora, coordenadora, merendeira e a nutricionista (de forma *online*) durante a conversa foram aplicadas algumas perguntas para analisar o funcionamento da creche em relação as necessidades das crianças, a imagem a seguir mostra a conversação sendo efetuada (Figura 1).

**Figura 1** - Entrevista com a responsável pela merenda.



Fonte: das autoras (2024)

A entrevista com a responsável pela merenda (Uniformizada que se apresenta em pé na foto), diretora (a esquerda da merendeira), coordenadora (a direita da merendeira), nutricionista (de forma online) e as entrevistadoras da pesquisa.

Algumas perguntas utilizadas na entrevista foram:

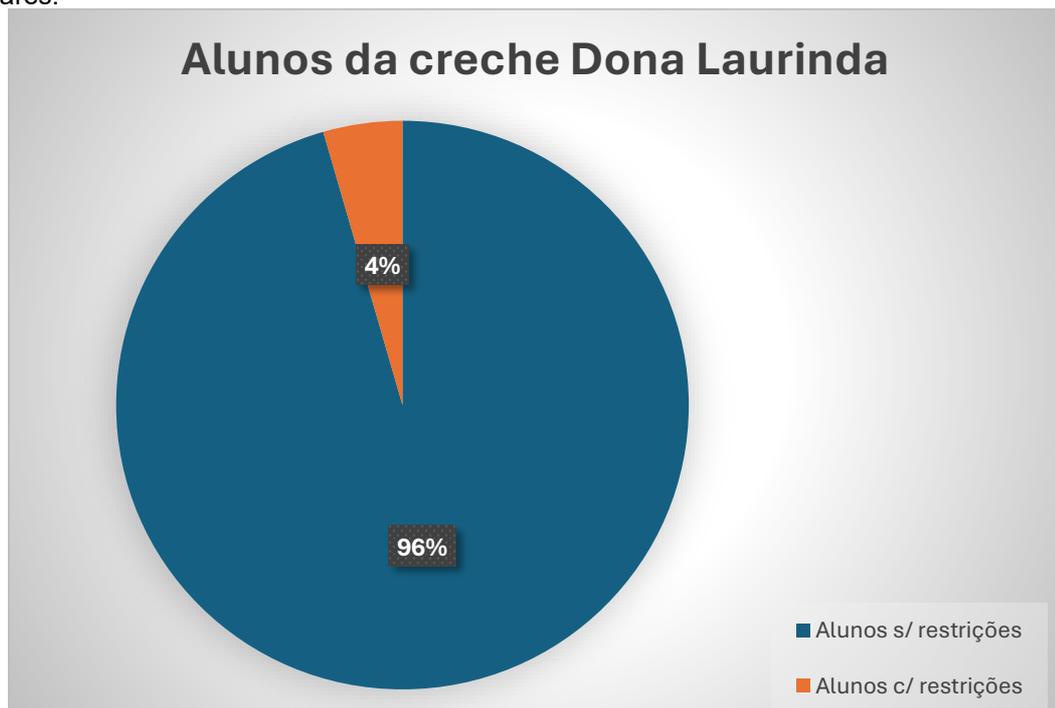
- “Qual o número total de alunos matriculados na creche?”
- “Quantos contém restrições alimentares?”
- “Como é na hora de servir as refeições?”
- “Como os funcionários da creche lidam quando percebem que algum aluno está com sintomas de alergia?”

- “Quando as crianças não podem consumir algum alimento, a creche faz alguma substituição por algo que elas possam comer (para que não fiquem sem refeição)?”
- “Quais os horários das refeições?”
- “Qual é o local onde as crianças que possuem restrições ficam durante a refeição?”
- “A prefeitura fornece os alimentos das crianças?”
- “Como são manipulados os alimentos das crianças que possuem restrição alimentar?”

### 2.3 Resultados e Discussões

Na creche Dona Laurinda, tem um total de 112 alunos e 5 foram identificados com restrições alimentares, 1 não contém um laudo específico pois está sendo acompanhado por nutricionistas e médicos para realizar exames, já os outros 4 contém laudos médicos com as restrições alimentares: alergia a proteína do leite (APLV) e intolerância a lactose (Figura 2).

**Figura 2** - Representa a porcentagem de alunos na creche referente as restrições alimentares.



Fonte: das autoras (2024)

Quando algum aluno demonstra qualquer sintoma de alergia, a creche liga para

os pais ou, em casos mais graves, acionam o serviço médico de emergência (ambulância).

Quando a criança não pode consumir determinado insumo, a unidade supre por outro alimento: por exemplo, toda semana é servida uma vitamina que contém leite; as crianças que são intolerantes a lactose não podem consumir, então, para não ficar sem uma refeição, a creche faz a substituição por uma fruta.

A creche fornece quatro refeições diárias: desjejum, almoço, lanche e jantar.

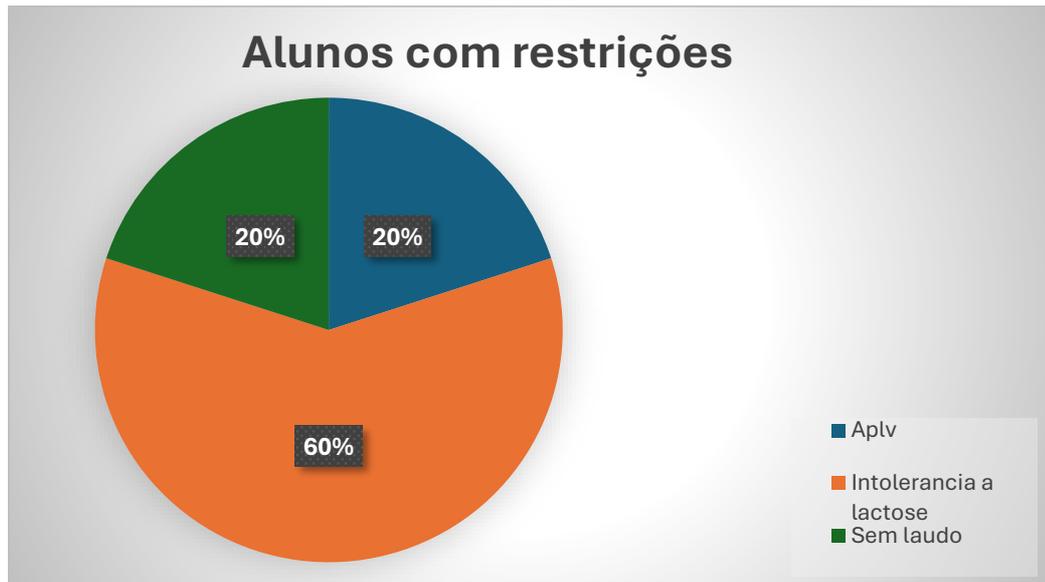
Os alunos que possuem restrição alimentar têm todos seus utensílios separados para manipular seus alimentos como prato, copo, talheres e até mesmo as panelas e facas utilizados na hora da preparação.

Durante as refeições, as crianças que possuem laudo de restrição alimentar, se sentam separadas das outras crianças para minimizar o risco de ingestão acidental de alimentos que possam desencadear uma reação alérgica. No horário de suas refeições, as crianças são acompanhadas por uma funcionária da creche que sempre fiscaliza sua alimentação. A prefeitura fornece todos os recursos necessários para crianças que possuem restrição alimentar, quanto para aquelas que não possuem nenhuma restrição.

Os procedimentos que a creche Dona Laurinda precisa seguir são um padrão para todas as creches públicas da região de São Sebastião, como descrito na parte da caracterização do objeto de pesquisa com as leis, artigos e regulamentações.

A creche lida muito bem com casos de alergia, entrando em contato com os responsáveis das crianças ou chamando uma ambulância, dependendo da gravidade da situação. A prefeitura também tem uma parte importante pois garante todos os recursos necessários, tanto para as crianças com restrições alimentares quanto para as que não têm. Isso tudo ajuda a manter os alunos seguros e mostra como é importante criar um ambiente inclusivo e adaptado às necessidades de cada aluno com suas restrições; o gráfico representa as restrições de cada aluno (Figura 3).

**Figura 3** - Gráfico dos diagnósticos dos alunos.



Fonte: Das autoras (2024).

Representa a porcentagem de quantos alunos contêm APLV, intolerância a lactose e sem laudo mas contém uma restrição que está sendo investigada.

### 3 CONCLUSÃO

Concluiu-se que a alimentação nas creches deve ser de forma cautelosa, especialmente para crianças com restrições alimentares. As creches são importantes para o desenvolvimento infantil, é fundamental que as necessidades nutricionais dessas crianças sejam atendidas de forma adequada.

Na Creche Dona Laurinda foram adotadas práticas como a separação de utensílios, para evitar contaminações em crianças com APLV e intolerância a lactose além disso criaram um espaço para este grupo com restrição alimentar demonstrando assim o cuidado e atenção da gestão que a escola fornece com segurança alimentar e inclusão desses alunos no ambiente escolar.

### REFERÊNCIAS

ANVISA. **Manual de boas práticas nutricionais**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2016.

FERNANDES, Carlos Eduardo Ramos. **Intolerância à lactose**. 2014. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência Médica em Pediatria) - Comissão de Residência Médica do Hospital do Servidor Público Municipal. 2014. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/sms-sp/2014/sms-10528/sms-10528-7221.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 25 out. 2024.

SILVA, M. S. **Práticas informacionais no cotidiano de pessoas com restrições decorrentes de alergias e intolerâncias alimentares**. 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59933/5/2021\\_dis\\_mssilva.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59933/5/2021_dis_mssilva.pdf). Acesso em: 13 nov. 2024.

SOLÉ, D. et al. Consenso Brasileiro sobre alergia alimentar: 2018 - Parte 2 - Diagnóstico, tratamento e prevenção. Documento conjunto elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Alergia e Imunologia. **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia**, 2018. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/aaai\\_vol\\_2\\_n\\_01\\_a05\\_\\_7\\_.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/aaai_vol_2_n_01_a05__7_.pdf). Acesso em: 13 nov. 2024.

ZEPPONE, S. **Alergia à proteína do leite de vaca (APLV): uma perspectiva imunológica**. 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b767c458-5a5b-4926-b3d8-69802514450c/content>. Acesso em: 13 nov. 2024.